



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 14041.720030/2013-97
Recurso nº 1 Voluntário
Acórdão nº **3101-001.783 – 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária**
Sessão de 10 de dezembro de 2014
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO PIS E COFINS
Recorrente MEDICAL SHOP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Ano-calendário: 2009

IRPJ. COMPETÊNCIA.

Nos termos do disposto no artigo 2º, IV, do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aprovado pela Portaria MF nº 256, de 22/06/2009, compete à Primeira Seção o julgamento de recurso voluntário quando procedimento conexo, decorrente ou reflexo, que verse sobre exigência lastreada em fatos cuja apuração serviu para configurar a prática de infração à legislação pertinente à tributação do IRPJ.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Por unanimidade de votos, não se conheceu do recurso voluntário, para declinar a competência em favor da Primeira Seção de Julgamento do CARF. A Conselheira Mônica Monteiro Garcia de los Rios participou do julgamento em substituição ao Conselheiro Henrique Pinheiro Torres, ausente momentaneamente.

Rodrigo Mineiro Fernandes – Presidente em exercício e relator.

EDITADO EM: 05/01/2015

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Rodrigo Mineiro Fernandes, Valdete Aparecida Marinheiro, José Henrique Mauri, Elias Fernandes Eufrásio, Jose Mauricio Carvalho Abreu e Monica Monteiro Garcia de los Rios .

Relatório

Trata o presente processo de Autos de Infração lavrados para cobrança de PIS e da COFINS, pela constatação de insuficiência de recolhimento das contribuições.

Segundo o TERMO DE VERIFICAÇÃO FISCAL - PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº 14041.720030/2013-97 (fls. 575 a 673), o procedimento fiscal foi aberto com o objetivo de se verificar possível omissão de receita em razão da incompatibilidade entre a movimentação financeira informada nas Declarações de Informações sobre Movimentação Financeira – Dimof, apresentadas por instituições financeiras mantenedoras de contas de titularidade da empresa, e a receita bruta informada na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, referente ao exercício de 2010 (ano-calendário de 2009), apresentada pela pessoa jurídica, o que resultou no lançamento de IRPJ e CSLL, conforme processo 14041.720028/2013-18.

Regularmente cientificado do lançamento, a autuada apresentou sua impugnação (fls. 678 a 714), na qual alega, em síntese: (i) preliminarmente, aponta a nulidade do lançamento, por ter sido lavrado por Auditor-Fiscal aposentado, e pela incompetência da autoridade que prorrogou o Mandado de Procedimento Fiscal; (ii) no mérito, contesta os critérios de determinação da exigência de IRPJ e CSLL; (iii) a utilização de critério ilegal e mais oneroso ao contribuinte na apuração do PIS e da COFINS; (iv) aponta erros materiais e postura tendenciosa na determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL; (v) contesta a aplicação da penalidade e dos juros de mora.

A 2ª turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em São Paulo Preto proferiu o Acórdão nº **16-57.586**, referente a sessão de julgamento ocorrida em 6 de maio de 2024, na qual julgou, por unanimidade de votos, improcedente a impugnação. O referido acórdão recebeu a seguinte ementa:

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Data do fato gerador: 31/01/2009, 28/02/2009, 31/03/2009, 30/04/2009, 31/05/2009, 30/06/2009, 31/07/2009, 31/08/2009, 30/09/2009, 31/10/2009, 30/11/2009, 31/12/2009

APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS. IMPUGNAÇÃO.

Os documentos que fundamentam contestação a lançamento tributário devem ser apresentados juntamente com a impugnação administrativa.

ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONTROLE JURISDICIONAL.

O controle de constitucionalidade de leis e atos normativos é da competência do Poder Judiciário, restringindo-se o julgador administrativo à análise do ato impugnado em face da legislação infraconstitucional.

LANÇAMENTOS DECORRENTES.

O decidido quanto à infração que, além de implicar o lançamento da Cofins implica o lançamento da Contribuição para o PIS/Pasep, também se aplica a este outro lançamento naquilo em que for cabível.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL COFINS

Data do fato gerador: 31/01/2009, 28/02/2009, 31/03/2009, 30/04/2009, 31/05/2009, 30/06/2009, 31/07/2009, 31/08/2009, 30/09/2009, 31/10/2009, 30/11/2009, 31/12/2009

BASE DE CÁLCULO. RECOMPOSIÇÃO.

Pertinente a recomposição da base de cálculo, no regime não-cumulativo, com a glosa de créditos de Notas Fiscais de entrada contabilizadas nos Livros Fiscais Eletrônicos a maior (em valores superiores aos documentos que os ampararam), sem amparo em documentação comprobatória, sem correspondência à aquisição de bens para revenda e amparados em despesas financeiras. Os débitos devem ser calculados com base na receita bruta escriturada na contabilidade, acrescentando-se a receita bruta omitida pela empresa.

MULTA DE OFÍCIO. JUROS SELIC. PERCENTUAL. CONFISCO.

O percentual da multa de ofício e dos Juros Selic aplicados está de acordo com a legislação de regência, sendo incabível à instância administrativa manifestar-se a respeito de eventual alegação de afronta ao princípio da vedação ao confisco.

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Data do fato gerador: 31/01/2009, 28/02/2009, 31/03/2009, 30/04/2009, 31/05/2009, 30/06/2009, 31/07/2009, 31/08/2009, 30/09/2009, 31/10/2009, 30/11/2009, 31/12/2009

LANÇAMENTO DE OFÍCIO. MULTA. 75%.

Em lançamento de ofício é devida multa de 75%, no mínimo, calculada sobre a totalidade ou diferença do tributo que não foi pago, recolhido ou declarado.

CRÉDITO VENCIDO. JUROS DE MORA. TAXA SELIC.

Os créditos Tributários vencidos e ainda não pagos devem ser acrescidos de juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic).

Impugnação Improcedente

Crédito Tributário Mantido

Cientificada da decisão da DRJ, a interessada interpôs recurso voluntário, no qual repisa os argumentos trazidos em sua impugnação.

O processo foi encaminhado a esta Seção de Julgamento e posteriormente distribuído a este Conselheiro.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Rodrigo Mineiro Fernandes, Relator

De acordo com o Termo de Verificação Fiscal (fls. 575 a 673), o procedimento fiscal que culminou o lançamento efetuado nos presentes autos foram decorrentes de fiscalização de IRPJ e CSLL, culminando no lançamento de ofício de IRPJ e CSLL (processo 14041.720028/2013-18).

Por se tratar de exigência lastreada em fatos cuja apuração serviu para configurar a prática de infração à legislação pertinente à tributação do IRPJ, o julgamento do recurso voluntário não cabe a esta Terceira Seção de Julgamento, sendo de competência da Primeira Seção, segundo disposição do artigo 2º, IV, do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – RICARF, aprovado pela Portaria MF 256, de 22/06/2009.

Com base nesses fundamentos, voto por não conhecer do recurso voluntário apresentado, para declinar a competência em favor da Primeira Seção de Julgamento do CARF.

Sala das sessões, em 10 de dezembro de 2014.

Rodrigo Mineiro Fernandes – Relator

[assinado digitalmente]